



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Estado e Educação em crise: a luta dos trabalhadores da educação contra a precarização das condições de trabalho

Valena Ribeiro Garcia Ramos - Val

valenasociologia@gmail.com

Brasil

RESUMO: Analisaremos as configurações da política educacional do Estado do Rio de Janeiro/Brasil, no período de 2011 a 2014. Neste contexto, a cúpula da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) introduziu uma política de bonificação, a partir de metas educacionais visando à melhoria dos indicadores de aprovação, fluxo escolar e desempenho estudantil em avaliações externas. Este processo ocasionou mudanças nas relações de poder e de dominação entre a cúpula da SEEDUC-RJ e os trabalhadores da educação, circunscritas por diversos conflitos, que ultrapassaram os limites da escola, envolvendo outros atores e arenas políticas. Por um lado, as clivagens perpassaram por uma luta pela significação do papel da educação em nossa sociedade, e estiveram associadas ao reconhecimento da crise da escola pública. Por outro lado, vincularam-se à intensificação dos mecanismos de controle sobre a organização da escola (seus processos de trabalho e de ensino aprendizagem) e os seus atores, através da burocracia e da norma, configurando um tipo de dominação burocrática legal, que se articulava com formas mais capilares de poder, exercidas por meio da desqualificação social, do favor, da acusação, da ameaça e da dissimulação. Estas formas de poder e de dominação mostraram-se conectadas também à dominação vertical, derivada do conflito em escala global pela apropriação dos recursos públicos e da luta contra a intensificação da exploração e da precarização do trabalho, em um cenário de hegemonia do neoliberalismo, portanto de constrição dos gastos públicos e redefinição da máquina estatal. Entretanto, os trabalhadores da educação veem elaborando concepções contra hegemônicas de escola e de compreensão de sua crise, e se engajando em diferentes formas de resistências cotidianas e abertas, especialmente através das greves (anos de 2011, 2013, 2014 e 2016). A apropriação dos recursos públicos pela classe dominante (setores da burguesia e da alta cúpula de poder político) culminou no final de 2016 com o decreto de uma “crise fiscal do estado do RJ” e do “pacote de austeridade”, atingindo especialmente os trabalhadores mais pobres e do Estado, através da retirada de direitos trabalhistas e do fim de programas sociais. No entanto, o ano de 2016 destacou-se pelo acirramento dos conflitos e o protagonismo dos estudantes na luta contra a precarização da escola pública, através da ocupação de escolas e da organização destes espaços como locais de contra e autopoder. As dinâmicas destas lutas sociais devem ser entendidas considerando o contexto de dominação anterior descrito, e também os processos de resistência aberta da classe trabalhadora e dos estudantes, que envolveram não só as disputas internas por concepções, estratégias, programas e pela estrutura burocrática dos movimentos, mas também as relações de confronto ou de colaboração com as estruturas de poder de Estado, que estiveram presentes naquele período.

Palavras-chave: educação pública, dominação e resistência.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT: We will analyze the educational policy configurations of the State of Rio de Janeiro / Brazil, from 2011 to 2014. In this context, the Rio de Janeiro State Secretariat of Education (SEEDUC-RJ) introduced a bonus policy, starting from educational goals aimed at improving the indicators of approval, school flow and student performance in external evaluations. This process brought about changes in the relations of power and domination between the SEEDUC-RJ summit and the education workers, circumscribed by various conflicts, that went beyond the limits of the school, involving other actors and political arenas. On the one hand, the cleavages went through a struggle for the significance of the role of education in our society, and were associated with the recognition of the public school crisis. On the other hand, they were linked to the intensification of the control mechanisms on the organization of the school (its work processes and learning teaching) and its actors, through the bureaucracy and the norm, forming a type of bureaucratic legal domination that articulated with more capillary forms of power, exercised through social disqualification, favor, accusation, threat and dissimulation. These forms of power and domination have also been connected to vertical domination, derived from conflict on a global scale, by the appropriation of public resources and the struggle against intensification of exploitation and precariousness of labor, in a scenario of hegemony of neoliberalism. of constricting public spending and redefining the state machine. However, education workers see elaborating counter-hegemonic conceptions of school and understanding their crisis, and engaging in different forms of daily and open resistance, especially through strikes (2011, 2013, 2014 and 2016). The appropriation of public resources by the ruling class (sectors of the bourgeoisie and the high level of political power) culminated in the end of 2016 with the decree of a "fiscal crisis of the state of RJ" and the "austerity package", especially affecting workers and the state, through the withdrawal of labor rights and the end of social programs. However, the year 2016 was highlighted by the intensification of conflicts and the protagonism of the students in the fight against the precariousness of the public school, through the occupation of schools and the organization of these spaces as places of against and self-power. The dynamics of these social struggles should be understood in view of the context of previous domination described, as well as the open resistance processes of the working class and students, which involved not only internal disputes over conceptions, strategies, programs and the bureaucratic structure of movements, but also the relations of confrontation or collaboration with the structures of State power that were present in that period.

Keywords: public education, domination and resistance.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução:

Iniciaremos essa comunicação descrevendo a política educacional de bonificação salarial (*Planos de Metas*), introduzida pela cúpula da secretaria de educação do estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), no início de 2011.

Depois, apresentaremos os processos de mudança nas formas de dominação e de poder, que foram marcados pela intensificação das clivagens entre os atores sociais (a cúpula da SEEDUC, os diretores de escola, trabalhadores da educação e estudantes) em interação nos espaços escolares, ultrapassando os seus limites e envolvendo outros atores e arenas políticas. Os conflitos se manifestaram não só em torno do monopólio da representação acerca da *crise da educação pública* e de *suas soluções*, mas, ao mesmo tempo, pelo controle dos recursos públicos e dos efeitos deletérios da política de Estado de intensificação da precarização e exploração do trabalho, de retirada de direitos e desmonte *do precário Estado de bem estar social*.

Este processo vem se configurando em uma situação de dominação vertical, assegurado pelo exercício do poder estrutural pela classe dominante, e a intensificação da resistência, através da ação coletiva de estudantes e trabalhadores da educação. Entretanto, as estruturas, as relações e os instrumentos de poder se mostraram diversos, sendo acionados e operados em escalas diferenciadas da vida social, mas de forma articulada entre si, capazes de provocar, tanto situações de dominação (de classe, burocrático-legal, pessoal/informal), quanto de resistências (cotidianas e abertas).

Por fim, iremos expor nossas reflexões acerca da resistência às novas estruturas e relações de poder estatal, em curso, por estudantes secundaristas e trabalhadores da educação. Daremos especial atenção às formas empregadas no âmbito do movimento dos trabalhadores da educação, objeto de reflexão mais sistematizada. Ainda que, os movimentos estudantis tenham assumido em 2016 com as ocupações de escola um protagonismo central na luta contra a política educacional analisada, conquistando de forma parcial *bandeiras históricas* do movimento sindical.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Metodologia

Os dados da pesquisa derivam de diversas fontes e métodos empregados. Foram realizadas observações participantes em duas unidades escolares, em assembleias, audiências e em atos públicos durante as greves e paralisações. Além disso, foram analisados matérias jornalísticas da grande mídia, sindicatos e organizações político-partidárias e estudos técnicos sobre a educação elaborados por agentes estatais e não governamentais. Por fim, a realização de entrevistas abertas com professores da rede com níveis diferentes de participação e militância sindical, organizados ou não em oposições sindicais e partidos políticos.

III. O Estado como agente da dominação de classe.

Neste contexto, os conflitos entre a cúpula/representantes da SEEDUC-RJ e os trabalhadores da educação envolvem processos globais de *luta de classes*, em torno da apropriação dos recursos públicos e da manutenção de direitos, perpassado pela imposição de um arbitrário cultural que se constitui em exercício da dominação de classe, por meio de categorias de pensamento socialmente legítimas presentes nos processos globais e nas microesferas das relações de poder, e a resistência a tal visão de mundo (cf. BOURDIEU, 1998).

As lutas simbólicas por uma concepção de *crise da educação pública* e as suas *soluções* constituíram-se na tentativa desigual de imposição de formas classificáveis capazes de atribuir sentido ao mundo prático e de orientar as relações sociais, fornecendo assim, conhecimento preexistente e prático sobre o mundo social, que o torna, portanto inteligível, e garante a comunicação entre os sujeitos (cf. Bourdieu, 1998, p. 7-8).

Os agentes da SEEDUC procuraram naturalização não só de uma concepção de educação e de escola, mas de um conjunto de medidas administrativas/pedagógicas apresentadas como a única solução para o problema, que se configuram em uma nova gestão de recursos, saberes, processos e pessoas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Há uma tentativa de assegurar pelo poder simbólico à integração social, formando um consenso entre os desiguais, estando a sua força na invisibilidade da imposição de percepções e visões de mundo como universais, condição também obtida pela cumplicidade daqueles ignoram totalmente tal sujeição. Sendo que a submissão às relações de força depende da função de comunicação entre o poder simbólico e o poder material acumulado pelos agentes (cf. Bourdieu, 1998, p. 7-8), e da fragilidade da resistência e dos próprios instrumentos de contra poder.

Assim, a submissão voluntária de parcela dos trabalhadores à política educacional só foi possível diante de um quadro de intensificação da exploração econômica e da sujeição política, bem como da articulação deste processo com diversos recursos micro locais de controle. No entanto, tal política não deixou de ser objeto de contestação sistemática pelos estudantes e trabalhadores, pondo em relativo risco o seu objetivo.

Identificamos no contexto analisado, a articulação entre tipos diferentes de poder, principalmente entre o simbólico, o estrutural e o organizacional, como meio de engradar uma dominação vertical, portanto estatal e classe, que serão descritos a seguir.

O poder estrutural opera a nível global e não ocorre em domínios locais, mas é capaz de orquestrar, organizar e direcionar a distribuição interna dos fluxos de energia neste âmbito, ou mesmo em espaços mais informais. Como o exemplo do poder do capital citado por Marx, limita o campo de possibilidades das ações de resistência e de construção de outro projeto, tornando certos comportamentos possíveis e outros não (Cf. Wolf, 2003). Vem sendo estruturando há três décadas, através de medidas que provocaram a intensificação da exploração econômica e à precarização das condições de trabalho. Dentre elas, o reajuste abaixo da inflação e ausência de aumento salarial associada à retirada de direitos trabalhistas e benefícios, sendo os poucos reajustes conquistados depois de greves¹; a desestruturação das carreiras do funcionalismo, ocasionando rebaixamento dos salários; e a restrição à participação política dos trabalhadores, como a suspensão da escolha de diretores de unidade e o corte dos salários dos grevistas, mesmo sem o julgamento judicial sobre a legalidade da greve.

¹ Entre os anos de 1979 e 2016, foram realizadas 10 greves com pequenas conquistas e manutenções de direitos.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Assim como, a diminuição da estrutura administrativa e burocrática do Estado realizada através da informatização, extinção de cargos técnico-administrativos (inspetor, porteiro, vigia e merendeira), diminuição dos concursos públicos e fechamento de escolas e turmas com menos de 35 alunos. Com isso, intensificaram-se as funções e atividades exercidas pelos professores que passaram a assumir gradativamente as tarefas do pessoal de apoio e da administração escolar. Associadas à reorganização dos processos de trabalho ocorreram também transferências de processos e atividades educacionais para a iniciativa privada, como, por exemplo, os cursos de qualificação, programas de aceleração do aprendizado, elaboração de avaliações e materiais didáticos e criação de escolas-modelos. Portanto, a terceirização das atividades fins e meios da educação.

Nos anos 2000, as “cúpulas” dos governos adotaram diferentes políticas de remuneração por produtividade, como o programa nova escola. No entanto, a atual política meritocrática não se diferencia das demais quanto aos objetivos delineados de melhoria dos indicadores educacionais, mas em relação aos critérios de concessão das gratificações, mais centrados no controle pedagógico e da gestão, desconsiderando a relação entre escola e comunidade², e na construção de um discurso-verdade sobre a solução da crise na educação, que será analisado a seguir.

IV - Política educacional e estrutura simbólica

A narrativa sobre a *crise da educação* difundida pelos representantes do Estado, da mídia empresarial burguesa e dos organismos internacionais, e legitimada sobre a chancela de seus “especialistas-cientistas”, se fundamenta em uma perspectiva *produtivista-tecnicista* de orientação neoliberal³ e reacionária, visando não só impor uma visão de educação, mas um conjunto de práticas do poder estatal como receituário.

² Durante o programa Nova Escola, os critérios de avaliação das escolas eram não só relativos à gestão escolar, como, por exemplo, a aplicação dos recursos financeiros, nutrição escolar, integração escola-comunidade, infraestrutura física e a gestão dos recursos humanos, mas também pedagógicos, considerando: a evasão escolar, repetência, distorção idade-série, inovações pedagógicas e os usos de novas tecnologias educacionais, participação dos pais no processo educativo e a oferta da unidade escolar de outros serviços públicos locais.

³ Utilizarei este termo para designar a perspectiva neoliberal de educação defendida, ainda com suas diferenças, pelos representantes do alto escalão do poder de Estado, dos organismos internacionais e pelos empresários. As considerações realizadas sobre a perspectiva neoliberal no campo da educação estão baseadas nas formulações de Gentili 1990, Frigotto, 2010 e Silva 2009, dado o



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A *crise* é concebida pelos agentes mencionados como decorrente da expansão acelerada e ineficiente do sistema educacional em meados do século XX. Suas raízes estão na ineficiência do Estado, que adota práticas centralizadoras, improdutivas e burocráticas. O problema é visto como gerencial. Os recursos educacionais (escolas, professores, verbas) não são escassos, mas mal gerenciados, pois faltam gestores eficientes, uso racional dos recursos e professores qualificados. Os seus efeitos, a exclusão e a iniquidade escolar se expressam na evasão, repetência, distorção idade-série e no analfabetismo funcional (cf. Gentili 1990; Frigotto, 2010; Silva 2009).

Neste sentido, a *escola que fracassa* é aquela que não cumpre com a sua missão institucional de formar capital humano, transmitindo instruções (competências, atitudes e habilidades) que atendam às demandas do mercado de trabalho⁴, altamente seletivo e restrito, preparando os futuros trabalhadores para integração produtiva. A instrução escolar deve ser pragmático-instrumentalista, portanto orientada às demandas do mercado e do sistema produtivo e sintonizada com a revolução tecnológica, contribuindo para a elevação da produtividade. Defende-se a subordinação da educação ao capital e a formação de trabalhadores eficientes, submissos, subalternos e ideologicamente afinados com os ideários capitalistas, eliminando conteúdos mais críticos e reflexivos (cf. Frigotto, 2010; Singer 1996).

A *crise* deriva de dois problemas. Primeiro, da ausência de um mercado educacional livre e competitivo que garanta a eficácia dos serviços. Segundo, do modelo de Estado intervencionista e assistencialista que incentiva o corporativismo das organizações como, os sindicatos que visam à defesa de interesses gerais para conquistar e expandir direitos. (Cf. Gentili 1990; Frigotto, 2010).

investimento analítico destes autores neste campo temático. De acordo com eles, a perspectiva neoliberal se configurou no contexto de reconhecimento da crise do regime fordista e do modelo keynesiano de Estado. Neste cenário, os chefes de Estado adotaram a agenda desta política como prática alternativa de poder ao modelo anterior. Primeiramente, os países da América Latina se tornaram o laboratório das políticas neoliberais, pós-regimes ditatoriais, na década de 1980, capitaneados pelos chefes de Estado Norte-americano Ronald Reagan e Inglês Margareth Thatcher, expandindo-as posteriormente para os demais Estados Capitalistas.

4 Com o processo de reestruturação produtiva, a classe trabalhadora se tornou mais complexa, fragmentada e heterogênea, mas com tendência à composição de um pequeno segmento de assalariados médios, mais qualificados, com melhores salários e condições de trabalho, em detrimento de uma parcela cada vez maior de trabalhadores precarizados. A reorganização da produção capitalista, a partir das células produtivas, do trabalho de equipe e da relação menos segmentada entre atividades braçais e intelectuais, passou a exigir trabalhadores polivalentes e multifuncionais e novas habilidades cognitivas e comportamentais, que devem ser também transmitidas pelas instituições escolares, voltadas quase que exclusivamente para a formação profissional, atendendo às demandas do mercado de trabalho.



XXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Enquanto a solução passa pela transferência da educação pública para o mercado⁵. É a livre concorrência e o dinamismo do mercado que promoverão bem estar social, sendo à universalidade dos direitos admitida, se a oferta for regida pela competição entre as instituições e sujeita à livre escolha dos indivíduos, condição asseguradora da qualidade do ensino com menor custo, ou segmentada em função de renda ou do mérito individual do estudante.

Na década de 1990, este discurso da reestruturação educacional produtivista e empresarial foi posto em prática por governos neoliberais e neodesenvolvimentistas na América latina. Através da descentralização de verbas, recursos e oferta de ensino, ocorreram transferências de alguns serviços educacionais para a iniciativa privada e a sua municipalização. Ao mesmo tempo, realizaram uma reforma administrativa e gerencial visando à centralização, o controle e à padronização pedagógica, consistindo suas principais medidas: padronização dos conteúdos escolares (bases curriculares nacionais), programas nacionais de livros didáticos, exames padronizados (avaliações nacionais), controle sobre o tempo de aprendizagem e as ferramentas de ensino e programas de qualificação docente. Sendo, as avaliações orientadas pela lógica da competição e cultura do mérito-recompensa, segundo critérios previamente definidos de *qualidade*, de *produtividade* e *eficiência* que se instituíram como os principais mecanismos asseguradores da vigilância sobre a escola, seus recursos e pessoas (Cf. Gentili 1990, Silva 2009 & Tommasi 2009).

A estrutura discursiva sobre *o fracasso escolar* enfatiza os aspectos meramente econômicos, desconsiderando os político-econômicos, como financiamento público, valorização profissional, condições de trabalho, assistência estudantil e outros. Por outro lado, também descarta para entender o fracasso escolar a relação entre as desigualdades sociais (classe, étnico-racial e de gênero) e as educacionais, bem como as formas de sociabilidade construídas na interface entre a escola, a família e o trabalho, que influenciam as trajetórias escolares. Portanto, estão baseadas em perspectiva economicista e des-sociologizante (cf. Ferreira & Ramos, 2012).

⁵ Com o alinhamento do Estado Brasileiro⁵, na década de 1.990, às políticas neoliberais, os altos escalões do poder político dos estados e dos municípios aderiram às diretrizes delineadas pelos organismos internacionais e de financiamento, especial pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). Este processo se caracteriza pela reestruturação educacional promovida pelas administrações neoliberais, a partir de modelo produtivista e empresarial (a mcdonalização da educação, como foi denominado por Frigotto 2010, para designar este processo).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A atual política educacional tem-se constituindo por uma dupla dinâmica, articulada entre si, de construção de discursos e práticas de Estado como verdades. Por um lado, as reformas educacionais não estão descoladas das reformas políticas de desregulamentação do mercado de trabalho e perda de direitos. Por outro, nem das estratégias culturais de imposição de novos discursos e diagnósticos acerca da *crise do Estado*, que buscam legitimá-las como soluções únicas e viáveis. As reformas do Estado estão acompanhadas de mudanças nas mentalidades, portanto, culturais e cognitivas, que legitimaram como respostas “naturais” para os problemas e orientam práticas de Estado (cf. Gentili 1990).

O alinhamento à política de produtividade é encarado pelos agentes do Estado como meio de garantir o comprometimento dos trabalhadores da educação com a qualidade da educação, que dever ser recuperada através de uma nova cultura escolar, associada à gestão eficaz e orientada por metas voltadas para a diminuição das taxas de evasão escolar, baixa proficiência em matemática e português e distorção idade-série, produzindo um *efeito escolar de sucesso*.

Em contraposição, os trabalhadores formulam outra narrativa sobre a crise da educação, principalmente através dos “seus porta-vozes”, sendo eles, as lideranças sindicais e cientistas-intelectuais. Tais narrativas não são acionadas apenas nos contextos de lutas e conflitos mais abertos através dos discursos oficiais de lideranças sindicais e de publicização dos conhecimentos científicos produzidos, estando presentes nas reflexões dos trabalhadores sobre as suas trajetórias de vida e identidades.

Neste caso, as causas do processo de universalização precarizada e da crise da educação se referem principalmente à restrição dos recursos públicos para a área e a desvalorização profissional expressa no rebaixamento gradativo do salário do professor e do profissional da área e na perda de prestígio. Assim como, a ausência de condições de trabalho e ensino e democracia, e a perda gradativa da relativa autonomia do trabalho docente.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Através do trabalho social destes agentes institucionais⁶ (melhorar nota), investiu-se no reconhecimento da educação pública como problema e na culpabilização do professor pelos males da educação, que vem se fortalecendo enquanto narrativa hegemônica, portanto como ideologia dominante. Entretanto, o questionamento desta narrativa sobre o problema da educação pelos trabalhadores da educação ganha notoriedade em momentos mais dramáticos de exacerbação dos conflitos, portando a cada episódio de greve, protesto e ocupação de prédios públicos realizadas por eles e por estudantes.

Dominação burocrática-legal e a limitação da resistência.

A imposição do alinhamento descrito anteriormente foi possível também com a instrumentalização de tipo de poder organizacional, que se encontra restrito às instituições sociais, exercendo mais diretamente o controle sobre o cenário, no qual as pessoas mostram suas potencialidades e interagem umas com as outras. Ele monopoliza dinheiros, penhores e recursos, procurando direcionar a ação social, tornando-as possíveis ou impossíveis, seja por meio do controle de recursos e bens, seja através das recompensas instituídas (Cf. Wolf, 2003)

Assim sendo, foi configurando-se neste contexto por meio da intensificação de atos normativos, como decretos-leis e regulamentos internos à instituição, que indiciam basicamente sobre o trabalho docente e a gestão escolar. A força da imposição esteve centrada no direito, presente no discurso, instituindo o legal, o normal, o aceitável, o tolerável e o correto, limitando conjunto de práticas que passam a ser identificáveis e classificáveis, a partir da fronteira entre o legítimo e o ilegítimo. A construção deste tipo regime de verdade será um dos mais utilizados, entre a cadeia de recursos que estruturam um tipo de poder organizacional nas diversas instituições do Estado (Foucault, 1987).

⁶ Os movimentos estudantis e sindicais destacam-se neste investimento no reconhecimento da situação da educação pública atual como problema social. Aspecto que ganha maior dimensão em situações em que os conflitos e a denúncia rompem os limites da escola (paralisações, greve, protestos e ocupações de prédios públicos). Investimento que não seguido das lutas intensas entre os diversos agentes sociais e instituições em posições desiguais de poder, como a mídia empresarial, líderes e partidos políticos, juízes e outros pela imposição de uma narrativa sobre a crise da educação e as possíveis soluções.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Como alvo desta normatização, as ações pedagógicas e administrativas foram associadas à política bonificação por desempenho, medida pelo indicador da qualidade de ensino (Índice de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro – IDERJ). Assim, a avaliação do desempenho dos profissionais da educação congrega dois componentes centrais: o currículo mínimo (padronização dos conteúdos curriculares) e as avaliações externas (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro – SAERJ).

Com elas, não só se hierarquiza as escolas a partir do desempenho dos alunos e dos trabalhadores, segmentando-os segundo a lógica do mérito. Mas também se articula certos procedimentos, quando subordina os conteúdos ensinados e apreendidos, previamente definidos nos “currículos mínimos”, às avaliações padronizadas e externas. O SAERJ instrumentaliza o controle sobre o trabalho docente, alinhando-o aos objetivos institucionais, em os conteúdos passam a ser colonizados e os processos de ensino voltados basicamente para o treinamento dos alunos para o bom desempenho nestas avaliações.

Paralelamente, aprimorou-se o sistema de registro de informações (conexão escola), permitindo localizar prontamente, coisas (objetos), pessoas e recursos e, desta maneira, subordiná-los a todo tipo de controle.

Com estas mudanças, podem-se enumerar a seguir efeitos de natureza simbólica e de prática social. Procurou-se internalizar a lógica da recompensa pelo mérito, esforço e comprometimento, expressando o poder da significação capaz de não só legitimar as práticas de poder, mas também construir novos sujeitos. Quanto aos professores, visam internalizá-la através da política de bonificação salarial. Já entre os alunos, por meio do SAERJ, e os prêmios concedidos aos melhores colocados nos exames.

Intensificou-se o controle sobre o trabalho do professor, limitado a sua autonomia relativa através da seleção prévia dos conteúdos escolares (currículos mínimos) e da imposição de instrumentos de avaliação (SAERJ). Mas também sobre o seu tempo e planejamento através da obrigação de cumprimento das horas de planejamento no espaço escolar. Objetivo era direcionar o tempo à execução das ações do plano de metas, assegurando a sua utilização de forma mais eficaz possível.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Entretanto, foram inúmeras as dificuldades de aplicá-lo em detrimento da recusa dos professores, gerando outras formas de cumprimento apenas formal.

O controle exercido não se restringe apenas ao tempo, ao trabalho docente e ao saber transmitido, mas também, sobre a formação, como meio de reverter, o que os agentes da SEEDUC julgam como fator da crise da educação, a má formação dos professores. Neste sentido, os cursos de requalificação profissional promovidos pela SEEDUC, em parceria com Ongs, universidades e fundações constituem um mercado promissor da qualificação, limitando às concessões de licenças para a conclusão de mestrados e doutorados nas universidades públicas.

Identificou-se como efeito mis dramático a aprovação em massa de estudantes que não frequentam as aulas, ou não apreenderam os conteúdos escolares. Como o IDERJ é medido através do desempenho dos alunos nas avaliações externas e do fluxo escolar (taxas de aprovação e reprovação), os docentes são motivados a adotarem a aprovação, alcançando meta do IDERJ para cada escola, e garantindo à bonificação salarial, a cada ano. Através do SAERJ, do IDERJ e do conexão educação, os estudantes e trabalhadores se tornam objeto de um saber produzido sistematicamente e continuamente, tornando possível localizá-los, separá-los, compará-los e hierarquizá-los. Neste caso, principalmente em relação à subordinação dos sujeitos à nova política educacional, condição expressa nos resultados alcançados. A partir deles, elaboram-se saberes e discursos, que produzem regimes de verdades, essenciais à configuração e legitimação das práticas do poder, exercidas pela cúpula da SEEDUC e o seus representantes.

No entanto, as formas horizontais de dominação se configuram diretamente nos espaços escolares por múltiplos instrumentos de poder, que não se limitam a força do direito e da burocracia, tipo determinado poder organizacional, ainda que se constitua como forma dominante; portanto, em uma dominação burocrática-legal (Cf. Weber, 2009). Assim, os poderes organizacionais se associam aos instrumentos mais informais de poder, utilizando como força a fofoca, intriga, vexação, humilhação, fraude, dissimulação, acusação, constrangimento, capitulação, perseguição e a ameaça, exercidas principalmente pelos representantes mais diretos da cúpula da SEEDUC nos espaços escolares, os diretores de escola, restringindo a participação coletiva ou a contestação dos trabalhadores.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Neste sentido que Ferreira (2007) procura relacionar os exercícios do poder às formas de dominação, colaboração e resistência. Afirmando que a dominação vertical, definida como aquela exercida entre grupos e classes e derivada de uma clivagem global com os Estados e burguesia, não pode ser compreendida desconsiderando as formas horizontais, que apresentam natureza múltipla e polimorfa e que ocorrem na mesma condição de classe, nas relações interpessoais dentro de grupos e instituições sociais. Os exercícios dos poderes centrais e periféricos e das dominações verticais e horizontais combinam e se articulam, uma vez que demandam uma cadeia de compartilhamentos, decisões, consensos e comandos, produzindo um cenário de complexidade.

Ainda na perspectiva de Ferreira (2007) inexistem posições totalmente desprovidas de poder, ainda que desiguais quanto à capacidade de exercício (instrumentos, tecnologia, intensidade e objetos de incidência); que podem estar na capacidade de o dominado de se rebelar, ou na vontade do dominador de impor a sua autoridade ou extrair colaboração. Assim sendo, as relações de poder constituem-se em processo de disputas por recursos materiais, saberes, ou por outros instrumentos. Mas é a circularidade do poder associada à colaboração de classe que tornam mais eficazes as dominações (Cf. Ferreira, 2007).

Os cenários e domínios específicos não estão isolados dos processos históricos mais gerais e, muito menos, das lutas pela significação. A dominação vertical e o poder estrutural dirigem as organizações em todos os níveis e os diversos campos da prática social, mas as respostas dadas por elas ou pelos grupos e sujeitos podem ser diferentes, assumindo dinâmicas próprias. (cf. Wolf, 2003; Ferreira, 2007). Da mesma maneira que, não que existem posições desprovidas de poder, também não há dominação hegemônica, sendo passível de resistência. Sob o risco de não parecer uma condição imutável, que se faz central compreender as formas de resistência (Ferreira 2007; Scott 2000 & Monsma 2000).

Diante disto, Ferreira (2007) entende que a resistência deva ser pensada examinando as estruturas de poder e dominação e seus meios de colaboração, e não como realidades em si mesmas. Isto é, descrevendo as múltiplas situações e cenários nos quais manifestam suas configurações institucionais e os meios informais, e depois as relacionando à concentração de poder estatal, dos blocos de poder e classes dominantes.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Ao fazer isto, é importante não considerar a subordinação sempre como sinônimo de hegemonia da dominação, nem ser tomada como expressão e sentimento dos subordinados, mas como uma face pública em que se age estrategicamente para se proteger, conseguir benefícios e dissimular a insatisfação (Cf, Scott 2000). É neste sentido que Scott enfatiza a importância das resistências cotidianas e dos seus múltiplos meios empregados na desestruturação do poder dos dominadores, mas que não assumem um enfrentamento aberto e público.

Monsma (2000) afirma os limites destas orientações de Scott, destacando dois aspectos importantes que devem também ser considerados em cada contexto. Primeiro, a adesão voluntária à subordinação pode ocorrer por meio das relações de colaboração, legitimando a dominação e enfraquecendo a resistência. Assim, as situações são ambíguas e as escolhas limitadas. Segundo, a dominação conta com a atuação de indivíduos (supervisores ou capatazes) que exercem a dominação de forma mais visível, e estão investidos de poder concedido pelos superiores, isentando, portanto, os mais beneficiados com o sistema de exploração dos subalternos.

Por fim, as formas de colaboração de classe estão inter-relacionadas à ascensão da resistência e a dinâmica da dominação, constituindo-se como alternativa à luta de classes. Deste modo, Ferreira a define como uma ação dos dominados que visa evitar o conflito e convergir com os objetivos e demandas dos dominadores, conciliando interesses e expectativas entre eles, mediando e multiplicando as contradições, e criando identidades e identificações, através de projetos comuns e ideias por meios de delegação de tarefas e formas de reciprocidades. Os meios utilizados são múltiplos, podendo ser os mesmos empregados pelos resistentes. Distinguem-se entre as formas institucionais, firmada por meios de tratados e acordos formais entre líderes políticos, associações ou organizações coletivas, e as cotidianas que se manifestam em submissão voluntária, adesão às ordens, delação e oferta de trabalho (Cf. Ferreira, 2007)

A greve como principal meio de resistência.

Considerando as relações entre poder-dominação expostas anteriores, o esforço analítico aqui realizado procura entender as respostas locais (resistências e colaborações) dos trabalhadores



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

da educação ao poder estrutural e organizacional. Sendo que a resistência daqueles trabalhadores ocorreu de duas maneiras: de forma cotidiana ou aberta, latente e pública, acontecendo em determinados contextos a combinação de ambas. A forma cotidiana se configura em atitudes de desobediência, boicotes e dissimulações às medidas prescritas pela SEEDUC, enquanto a aberta através das ações sindicais.

Definida por Scott (2000) como a luta prosaica e constante entre dominadores e subalternos, a resistência cotidiana procura evitar a extração máxima do trabalho, podendo cessar a qualquer desafio que a torne pública, evitando a confrontação simbólica ou com as normas. As armas mais comuns são o “fazer corpo mole”, a dissimulação, a falsa submissão, os boicotes premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e os furtos. Requer pouco ou nenhum planejamento, assumindo uma tendência mais individualizante, mas que acaba por enfraquecer a luta coletiva e os projetos individuais de mobilidade pela educação de indivíduos mais pobre da classe trabalhadora.

Por outro lado, a aberta ocorre basicamente através das organizações coletivas dos trabalhadores, desafiando publicamente o poder. Os instrumentos mais utilizados são as paralisações, greves e protestos, podendo recorrer a outras técnicas usadas preferencialmente pela resistência cotidiana. Exige planejamento, disciplina e organização, podendo contar com a participação de lideranças (cf. SCOTT, 2000).

No cenário analisado, a resistência aberta ocorreu em situações de paralisação, protestos e greves organizadas pelo sindicato⁷, visando à luta pela manutenção dos direitos trabalhistas e a reelaboração de estruturas significativas sobre a crise da escola pública, contrapondo-se ao discurso hegemônico de culpabilização dos professores. Através do movimento grevista, os trabalhadores conseguiram atenuar a intensificação da exploração econômica, evitando a perdas de direitos. No entanto, não garantiram a ampliação de direitos ou conquistas mais efetivas, nem a reversão da repressão política nos locais de trabalho.

⁷ O Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE) foi fundado em 1979, e representa os todos trabalhadores da educação (merendeira, porteiros, vigias, professores, inspetores, pedagogos, etc) das redes municipais e os da rede estadual. É um sindicato de massa compreendendo 80 mil trabalhadores, de um ramo importante da organização do Estado– a *educação pública*, e conduziu nos últimos trinta anos às principais lutas sociais no estado do RJ.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As clivagens entre a cúpula e os representantes da SEEDUC e os trabalhadores da educação se tornam públicas, envolvendo outros agentes institucionais, como os deputados, juízes estaduais e agentes da repressão, e os estudantes organizados e de forma voluntária. Quanto aos agentes da repressão, destacam-se as polícias que atuam utilizando o recurso da força física com o objetivo de desmobilizar os trabalhadores. Ou ainda, a participação dos representantes do judiciário que são acionados por sindicalistas, ou por representantes do poder governamental, para arbitrarem ou julgarem a legalidade das greves⁸.

Intensificaram-se os conflitos e os episódios de greves e as paralisações. Foram três greves nos primeiros anos do plano de metas 2011, 2013 e 2014, enquanto nas três últimas décadas foram realizadas 10 greves⁹. Os movimentos paredistas atuais deixaram de *reivindicar* apenas a reposição salarial, lógica antes hegemônica defendida principalmente por integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), mas apoiada por membros do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), que controlam conjuntamente a estrutura sindical. Diante da pressão de sindicalizados, posicionou-se contra a política meritocrática e a exigir a melhoria nas condições de trabalho¹⁰ e de estudo. Os meios de luta também se modificaram, adotando ações de boicote ao SAERJ e ao Conexão Educação, a interdição e ocupação de vias e prédios públicos, acampamentos e piquetes.

As mudanças estiveram associadas às disputas internas entre os sindicalizados sem vinculação partidária (“os independentes”) ou de oposições sindicais e os militantes sindicais de organizações partidárias vinculadas à estrutura sindical com diferentes matrizes ideológicas e programáticas. Podemos classificá-los em dois blocos, a partir de sua prática social, sendo as principais: aquelas aliadas ao governo e as que compõem o campo da esquerda, dividida entre a parlamentarista/colaboracionista e a antiparlamentarista/anticapitalista¹¹. Os conflitos ocorreram principalmente

⁸ O julgamento judicial das greves se torna mais comum diante das constantes investidas de regulamentação do movimento paredista dos servidores públicos pelos representantes do poder político.

⁹ Nos anos de 1986, 1987, 1988, 1991, 2001, 2002, 2006, 2007, 2008 e 2009.

¹⁰ Como exemplo disto, a pauta reivindicação na greve de 2.014 priorizou a defesa da lotação dos professores em apenas uma escola, e a instituição de dois tempos de aula para todas as disciplinas.

¹¹ Estas terminologias foram por mim denominadas para melhor caracterizar as diferenças internas ao campo da esquerda.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

entre os grupos organizados, estando associadas às disputas internas pelo controle da estrutura burocrática do sindicato ou pela política sindical, e/ou às relações de confronto ou de colaboração destes grupos com as estruturas de poder e à aceitação ou negação da participação de líderes sindicais na disputa eleitoral. Estes aspectos alteraram dinâmica das assembleias, suas as ações, meios e instrumentos empregados na luta sindical.

Os parlamentarista/colaboracionistas investem na via eleitoral como meio de promover reformas, subordinando a luta dos trabalhadores aos interesses da política institucional e partidária da qual se encontram engajados, evitando qualquer confronto direto com os representantes do Estado. Autointitulam-se representantes legítimos dos trabalhadores, delegando a resolução de conflitos e das demandas aos representantes do Estado, principalmente aos parlamentares aliados. Também investem na negociação com juízes e representantes do poder policial e governamental, estabelecendo acordos prévios que procuram evitar o confronto. Em geral, a interdição total das vias públicas e as ocupações de prédios são encaradas por eles como atitudes que denigrem o movimento diante da opinião pública, e rompem com as regras da política institucional, tendo consequências para a adesão em massa de eleitores aos seus programas partidários.

Os antiparlamentarista/anticapitalistas organizados em oposições sindicais e os independentes lutam contra a política sindical encampada pelos diretores do sindicato (“direção sindical”). As críticas estão direcionadas à relação de proximidade dos diretores com os representantes do Estado, e a lógica de boicote aos atos de maior visibilidade e pressão política, como ocupações de prédios públicos e atos em frente aos “centros do poder”. Questionam a ausência de um enfrentamento mais efeito à atual política educacional e de consolidação de um projeto alternativo de educação. A luta meramente econômica (questão salarial) é vista como responsável por secundarizar as demandas de melhoria nas condições de trabalho e de democratização nos espaços escolares, apontando a necessidade de correlação entre as demandas econômicas e políticas. Também apontam como equívocos, as greves e paralisações isoladas e desarticuladas com redes municipais e a estadual, a subordinação aos seus interesses eleitoreiros e a pouca articulação com as lutas dos trabalhadores em geral, priorizando as alianças com centrais sindicais aliadas ao Governo (“decididas de cima para baixo”).



XXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Ainda, criticam a inexistência de iniciativas de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, as visitas dos sindicalistas às escolas restritas aos momentos de greves, a pouca divulgação das assembleias e demais atividades sindicais e, por fim, ausência de formação política e de estratégia para lidar com a repressão política.

A partir de 2011, as contradições internas à organização sindical reverberam nas ações, pautas, táticas e estratégias assumidas pelos militantes sindicais e grevistas, tendo como marco o acampamento em frente à secretaria de educação do Estado neste mesmo ano, e a conquista de algumas reivindicações. No entanto, a luta sindical assume outra dinâmica a partir do levante popular de junho de 2013¹², sendo fundamentais à greve dos trabalhadores da educação, realizada neste mesmo ano, que ocorreu de forma unificada entre a categoria da rede estadual e do município do rio de janeiro, que não realizava uma greve há mais de 15 anos. As contradições que surgiram entre a concepção de delegação/eleitoral/representação política e autorrepresentação/ante eleitoral já estavam presentes na concepção não hegemônica de luta sindical na rede estadual, durante a greve em 2011. Mas ela ganha mais destaque em 2013, permitindo o avanço de discussões sobre comando de greve constituído por membros da categoria, fundo de greve, autodefesa, ação direta, etc.

A concepção de autorrepresentação surge da indignação da categoria por conta das críticas acima descritas à política sindical, encampadas pelas oposições e por sindicalizados independentes. Neste sentido, a relação entre partido e sindicato e o papel de mediação das lideranças sindicais e políticas como modelo legítimo passa a ser questionada e identificada como principais responsáveis pelas poucas conquistas.

Estas contradições exacerbadas com o levante de 2013 estiveram presentes em outras greves da categoria em 2014 e 2016, mas também influenciaram outros movimentos de trabalhadores e

¹² Neste ano, surgiram em todo país e não apenas nos grandes centros manifestações de rua de massa contra a realização dos megaeventos (copa do mundo e olimpíadas). Reivindicava-se o acesso ao transporte público de qualidade e mais barato, saúde, educação e demais direitos sociais. As manifestações iniciaram-se através da ação dos movimentos estudantis contra o aumento das passagens de ônibus e pelo passe livre irrestrito. Foram ganhando novos adeptos e dimensão diante do quadro de desemprego, aumento do custo de vida, corrupção e precariedade dos serviços públicos. Alguns autores usam as seguintes nomenclaturas para se referirem a este processo de ascensão dos movimentos sociais: a revolta dos vinte centavos, a revolta do vinagre e o levante de junho de 2013. As antigas formas de se protestar e fazer políticas e as esferas do poder estatal foram amplamente questionadas pelos manifestantes, e as antigas lideranças não foram reconhecidas como legítimas. A tática black block passa a ser adotadas pelos manifestantes diante da intensa repressão política, gerando tanto o apoio quanto conflitos internos às organizações coletivas e movimentos sociais.



**XXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

estudantis. Destacam-se não só a constituição de uma nova política sindical contraditória e ambígua dada às configurações internas até o momento, mas também um discurso contra hegemônico à política educacional meritocrática, que tiveram em prática nas práticas de boicotes de estudantes e professores aos SAERJs. Sendo que durante a greve de 2016, um fator extraordinário contribuiu para o desenrolar do movimento de greve, as ocupações estudantis contra as medidas do *plano de metas*, em especial contra o SAERJ e o fechamento de turmas e de escolas, em denuncia às péssimas condições de estudo (infraestrutura, recursos, materiais didáticos e alimentação) e ausência de democracia interna às escolas.

Os estudantes das ocupações tiveram um protagonismo político importante neste processo ao criar um movimento auto organizativo do espaço público, sem lideranças e de autorrepresentação, que tiveram as suas inspirações na “Revolta dos Pinguins” no Chile, no “Levante de 2013” no Brasil e no movimento de ocupação de escolas em SP. Organizaram-se de forma autônoma e horizontal, sendo as decisões tomadas em assembleias e as tarefas divididas entre seus membros e encaminhadas em comissões, como de alimentação, limpeza, segurança, comunicação e eventos culturais. Instituíram assim uma gestão comunitária composta por estudantes e trabalhadores nas escolas, como ensaio de um tipo de poder popular.

As ocupações representaram fundamentalmente uma nova experiência e maneira de fazer política pautada sobre os princípios da democracia direta¹³. No entanto, as limitações internas e contradições relativas à autorrepresentação/ação direta/ autonomia/ liberdade coletiva versus representação política/delegação/centralismo/controlado continuaram presentes nas dinâmicas das decisões e dos conflitos entre os estudantes *independentes* e organizados politicamente, seja em oposições estudantis ou entidades estudantis. Como efeito, a dificuldade de articulação entre as diversas ocupações e a inviabilidade de construção de um espaço unitário de decisão política (centralidade) do movimento como um todo, dada a investida de algumas entidades estudantis no controle das deci-

¹³ Os membros das ocupações tiveram que lidar com diferentes meios de repressão e ameaça política, cuja dissimulação, intriga, vexação, violência física e desqualificação foram alguns dos meios utilizados na tentativa desmobilizar as ocupações. Diretores de escola, estudantes e pais organizaram o movimento contrário – o Desocupa, formando alianças com diferentes agentes ligados ao poder local institucional e paralelo (políticos, milicianos e etc).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sões do movimento, provocando a reação contrária dos estudantes independentes ou de oposições estudantis.

Entretanto, a greve de 2016 representou uma articulação entre as diversas categorias dos trabalhadores da educação (da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC e Rede estadual do RJ - SEEDUC) do estado do Rio de Janeiro e os estudantes. No caso da rede estadual, algumas conquistas foram alcançadas pelos adeptos do movimento de ocupações e paredista, entre elas: eleições para diretor de escola, verbas extras para reformas e infraestrutura, aumento da carga horária de sociologia e filosofia e outras.

No entanto, o corte dos salários e a repressão política ainda se constituem nos principais fatores de desmobilização, portanto de não adesão em massa às greves ou paralisações, destacados pelos trabalhadores. Em geral, as escolas com maior adesão às greves são aquelas em que as direções foram eleitas por seus pares, e que militantes e dirigentes sindicais nelas trabalham. Nas escolas cujos diretores são “interventores”, a adesão é pequena e os métodos de coerção são diversos e mais severos.

A pouca adesão às greves está relacionada à forma como os trabalhadores encaram-nas como arriscadas demais por conta da repressão e represálias, que de fato ocorrem com frequência e os dirigentes sindicais pouco atuantes para reverter tais situações. Ainda assim, as greves se tornam um instrumento político central na luta política por melhores condições de trabalho e salariais, dificultando a hegemonia cultural e política da cúpula da SEEDUC, e a intensificação da exploração econômica.

Associada a isto, os trabalhadores que não aderem às atividades sindicais continuam a desacreditar na luta sindical como possibilidade de pressionar o governo e de reverter à situação de exploração econômica e de dominação política. Há uma adesão voluntária dos trabalhadores às medidas impostas pela cúpula da SEEDUC, e a pouca disposição para a organização coletiva. Poucos assumem uma posição de confronto direto no espaço escolar, ressaltando que a resistência aberta, individualizada e assumida publicamente, por conta da pouca adesão dos demais trabalhadores, constituindo-se em ato isolado e perde a sua força, colocando-os em risco. Mas, ao mesmo tempo, desqualificam o sindicato, criticando os interesses partidários dos sindicalistas que subordinam os



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

interesses dos trabalhadores ao lançamento de candidaturas políticas. Além disso, as disputas internas no movimento sindical também geram desconfiança com relação aos sindicalizados e o não engajamento. Muitos investem nas relações de favor e colaboração com as direções de escola, como meio de atenuar as dificuldades inerentes das condições de trabalho precárias e degradantes.

Quanto às formas cotidianas de resistência, elas são complexas, ambíguas e ambivalentes (ORTNER, 1995), e estão relacionadas, em parte, ao medo das punições e sanções que a atitude confronto direto e de insubordinação pode provocar. Por outro lado, o receio de perder os benefícios salariais, concedidos para poucos, mas que, diante dos baixos salários, passam a ser almejados por todos. Não se pode afirmar que a pouca reação dos professores esteja apenas relacionada à subordinação voluntária, derivada de uma postura de *colaboração* com as estruturas do poder, nem mesmo atribuí-la à falta de consciência de classe ou qualquer coisa deste gênero. A adesão voluntária à subordinação, todavia, contribui para se tornar mais legítima a dominação, enfraquecendo a resistência aberta.

As situações de conflito são ambíguas e as escolhas limitadas, diante da repressão política, que tem um efeito desmobilizador, produzindo, neste contexto, maior adesão aos atos cotidianos de resistência e menor ao movimento sindical. A primeira é encarada pelos trabalhadores como meio mais eficaz de amenizar a condição de explorados, sem afrontar diretamente o poder, manipulando as dissimulações a seu favor. Sendo assim, muitas vezes, com este fim, os trabalhadores procuram negociar e acionar as relações de favor, assumindo uma atitude de colaboração, tornando tênues os limites da fronteira entre resistência cotidiana e a colaboração. Estas formas aparecem combinadas, principalmente entre os trabalhadores menos engajados em uma delas.

Os atos de resistência cotidiana, neste contexto, se constituem nas atitudes de ludibriar os mecanismos de controle sobre o trabalho. Eles visam não só a diminuição do tempo de trabalho (adiantando as aulas e liberando os alunos antes do horário, e lecionando em duas turmas ao mesmo tempo, principalmente quando outro professor falta ao trabalho); mas também, a redução do volume de trabalho, através do enxugamento do conteúdo ensino, da aplicação de avaliações objetivas ou em grupo, da utilização do tempo de sua aula para correção provas e com conversas informais, das faltas recorrentes e outros. Por último, eles se expressam na negação do papel de agentes do disci-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

plinamento do comportamento dos alunos, visando à adequação deles à cultura escolar, portanto à introjeção de valores e regras institucionais.

As formas de resistências cotidianas se constituem como resposta às condições de precariedade que denunciam a *crise da escola e fracasso escolar*. SCOTT (2002) afirma que a resistência permanente, de pequena escala, tacitamente organizada, mesmo que individual, mas incentivada pela cultura dos subalternos, impõe também, em longo prazo, limites aos interesses dos poderosos. Ela tem dificultado a adesão a qualquer política de educação centralizadora, ou mesmo às iniciativas coletivas, locais e organizadas pelos próprios trabalhadores.

Neste caso, constituíram-se em estratégias adotadas pelos trabalhadores para lidarem com a situação de exploração econômica e de dominação política. Mas, ao mesmo tempo, os seus efeitos atingem os filhos dos trabalhadores, que são alijados da aquisição de capital escolar e cultural, que pode ser revertido em posições sociais, que expressam condições melhores de inserção no mercado de trabalho. Assim, eles colaboram com a manutenção do monopólio deste tipo de capital e das oportunidades no mercado de trabalho pelas classes dos dominadores (burguesia e alto escalão do poder político) e frações mais elevadas da classe trabalhadora, que conseguem gerir o projeto de aumento de escolarização dos filhos, assim como as formas futuras de inserção ocupacional. A resistência cotidiana se torna também uma forma de colaboração de classe para o projeto de sociedade, encampado pelas classes dominantes, e contribui para a desmobilização política.

Conclusões preliminares:

O processo iniciado em 2011 e descrito anteriormente se torna central à compreensão da dinâmica das lutas sociais dos trabalhadores da educação e em geral, principalmente diante do atual cenário de crise política e econômica do estado do rio de janeiro, tendo como apogeu ano de 2017, marcado pela intensificação da retirada de direitos e pela superexploração, cuja expressão do seu efeito mais perverso seja o atraso do pagamento dos salários dos servidores estaduais ativos e pensionistas, provocados principalmente pelos gastos públicos com os megaeventos e as renúncias fiscais concebidas aos empresários associados à corrupção. Mas ao mesmo tempo, pela intensificação das lutas sociais dos servidores públicos e estudantes.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Os trabalhadores da educação vêm se constituir na principal categoria, ainda que forma limitada, capaz de mobilizar e de realizar de greves e paralisações contra a superexploração e a perda de direito no estado do Rio de Janeiro. Inspirando os adeptos de outros movimentos, principalmente a greve dos garis durante o carnaval de 2014, o SEPE foi à única entidade sindical a declarar uma greve durante o levante de 2013, enquanto as demais entidades e centrais procuravam se diferencia destas manifestações, procurando impor a mesma forma de fazer política e protestos. As contradições internas dentro daquela organização estiveram presentes há uma década, ganhando nova dimensão depois de 2013 com a mudança de paradigma no pensar e fazer política.

Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Tutela e Resistência Indígena. Etnografia e Historia das relações de poder entre os terenas e o Estado Brasileiro. Tese de doutorado. PPGAS/MN Rio de Janeiro, 2007.

_____. Capitalismo ultramonopolista no Brasil e o Levante Popular de 2013. Curso de Extensão: Linha Organizações Populares Núcleo de Estudos do Poder (NEP-UFRRJ)

FERREIRA, A. C. & RAMOS, V. R. G. Violência Simbólica e Política Educacional: etnografia dos conflitos escolares e ensino de sociologia no Rio de Janeiro. In: FIGUEIREDO, A. V., OLIVEIRA, L.F & PINTO, N.M. Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Vigiar e Punir. O nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

HERRÁN, Carlos. Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil. MEC & Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Abril de 2010.

GRAMSCI, A. Caderno do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Vol. I e III. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 36, São Paulo: Ática, 1989.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MONSMA, Karl. James Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica. AN-POCS. BIB, Rio de Janeiro, nº 49 1º semestre de 2000. Pp 95-1021

ORTNER, Serry. Resistance and the problem of ethnographic refusal. Estudos Comparativos na Sociedade e na História, Vol. 37, nº. 1 (Jul., 2004), 173-193.

RAMOS, V.R.G. Política Educacional e o fracasso da escola: luta dos trabalhadores da educação (2011-2014) Tese de doutorado. PPGA/UFF. Rio de Janeiro, 2015.

SEEDUC, Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Documento do planejamento estratégico. 2011.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: Raizes Revista de Ciências Sociais e econômicas. Vol 21, nº, Jan. a Junho/2002.

_____. Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos Ocultos. México: Eras, 2000.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: EDUNB, 1991.

WOLF, Eric. Antropologia e Poder: Contribuição de Eric R. Wolf. Org. Feldman-Bianco B. & Ribeiro, G.L. São Paulo: UnB e UNICAMP, 2003.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio